

Desmatamento foi superdimensionado

A destruição ambiental na região amazônica muito dificilmente servirá de desculpa para uma intervenção direta dos países industrializados contra a soberania brasileira. Mas, na verdade, tem servido como carta de peso nas mesas onde se negociam comércio exterior e acordos internacionais.

Não são raros os exportadores brasileiros a sofrer sanções comerciais sob a alegação de que seus produtos contribuem para a destruição da floresta. Os produtores de derivados de madeira oriunda de reflorestamentos são o melhor exemplo. Exportam chapas e compensados feitos de pinus e eucaliptos — duas árvores exóticas plantadas nas regiões sul e sudeste —, mas já sofreram boicotes como se estivessem vendendo o mogno amazônico.

Política externa — De forma bem mais complexa e sutil, o superdimensionamento da área

desmatada na Amazônia serve à política externa de países como os Estados Unidos, mais por razões de mercado e menos por consciência ambiental. Isso ficou claro durante as negociações da Rio-92: a comitiva norte-americana insistiu em atribuir ao Brasil um desmatamento anual de 40 a 80 mil quilômetros quadrados, apoiada em relatório da Organização para Alimentação e Agricultura (FAO), quando todos os outros organismos internacionais e negociadores já haviam reconhecido e adotado o número do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais Inpe (21 mil km² anuais como média da década).

A comitiva americana queria assegurar a assinatura de uma Convenção de Florestas em que

o corte de madeira fosse restrito a cotas internacionalmente estabelecidas.

Baseava sua argumentação nos números superdimensionados do desmatamento tropical e insistia em restringir apenas as madeiras tropicais, cujo merca-

do ficaria limitado, em favor das madeiras oriundas de florestas temperadas (como as do noroeste dos Estados Unidos).

A Convenção de Florestas não saiu, mas a opinião pública

americana continua mais atenta à derrubada na Amazônia, do que em seu próprio quintal. Mesmo o governo Clinton, tido como ambientalista, discute novas leis para favorecer o corte das florestas americanas, como alternativa de proteção ao emprego dos madeireiros. (L.J.)

**RAZÕES DE
MERCADO
EXPLICAM
EXAGEROS**